



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos **dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis**, às 08h00min, na Sala de Conciliação desta **Vara Única da Comarca de Almeirim**, onde presentes se encontravam o Excelentíssimo Senhor Dr. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE, Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Exmo. Sr. Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim, o Senhor DANIEL DOS REIS AFFONSO, Assessor Jurídico da Corregedoria do Interior, deu-se por instalada a Correição Geral Ordinária na Vara Única da Comarca de Almeirim, conforme previsto na Lei nº 5.008, de 10/12/1981 - Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, art. 164, inciso I, o que, para constar, Eu     (Daniel dos Reis Affonso), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.

**JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria do Interior

**CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA**  
Juiz de Direito Titular da Vara Única de Almeirim

**DANIEL DOS REIS AFFONSO**  
Assessor Jurídico

NO. PROCESSO: 2016.7.003052-2

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 13/09/2016

CLASSE.....: CORREICAO - ORDINARIA

Partes

ENVOLVIDO - COMARCA DE ALMEIRIM

REQUERENTE - CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

03

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

<b>COMARCA: ALMEIRIM.</b> <b>EDITAL Nº 001/2016-CJCI e 003/2016-CJCI.</b> <b>PERÍODO: 30/05 a 03/06/2016.</b> <b>Juiz Corregedor: JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE.</b>
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>
<b>1.1 UNIDADE JUDICIAL:</b> Comarca de Almeirim.
<b>1.2 COMPETÊNCIA:</b> Vara Única.
<b>1.3 MAGISTRADO (A):</b> Clemilton Salomão de Oliveira.
<b>1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Titular.
<b>1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Desde 25/04/2016.
<b>2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>
<b>2.1 ENDEREÇO:</b> Rodovia Almeirim Panaicá, nº. 668, Bairro Centro, Almeirim – Pará.
<b>2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:</b> Não constam na Secretaria do Fórum informações acerca da situação jurídica do imóvel, sendo esclarecido pelo Secretário do Fórum que, havendo notícia de que o prédio seria próprio do TJEP, foi encaminhado ao Cartório de Registro de Imóveis de Almeirim o Ofício nº. 104/2016-GAB, solicitando informações do aludido imóvel, entretanto recebendo em resposta informação que não consta registro do imóvel naquela Serventia.
<b>2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:</b> O prédio onde está situado o Fórum possui ao todo 10 salas, das quais: 1 – Sala utilizada pelo Protocolo/Distribuição; 2 – Sala utilizada como Gabinete do Juiz/Sala de Audiências; 3 – Sala utilizada como Assessoria do Gabinete do Juiz; 4 – Sala utilizada para Conciliação; 5 – Sala utilizada como Subsecretaria Cível; 6 – Sala utilizada como Subsecretaria Criminal; 7 – Sala utilizada como Arquivo; 8 – Sala de Armas e Bens Apreendidos; 9 – Sala utilizada pelo Ministério Público; 10 – Sala utilizada pela Defensoria Pública.
<b>2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:</b> ( ) Boas                      ( ) Regulares                      ( X ) Ruins Justificar: Apesar de o prédio ter passado por uma reforma há um ano, o mesmo não apresenta as melhores condições de trabalho, sobretudo por ser uma construção antiga. Assim, entendemos que o ideal seria a construção de um Fórum novo, que proporcionasse um ambiente amplo, saudável e seguro para os Servidores e para o jurisdicionado, bem como, que já possuísse em seu interior um Salão do Júri. Caso a construção de um Fórum novo não seja possível no momento, acredito que uma reforma no prédio atual que ampliasse os corredores e as salas, bem como, que revitalizasse o Arquivo e a Sala de Armas, já proporcionaria uma melhora em nosso ambiente de trabalho, especialmente no que diz respeito à segurança.
<b>2.5 LIMPEZA E HIGIENE:</b> ( ) Boas                      ( X ) Regulares                      ( ) Ruins Justificar: Atualmente possuímos muitos bens inservíveis que não conseguimos efetivar sua doação, os quais estão armazenados nas dependências do Fórum ocupando os corredores e a garagem, o que atrapalha a limpeza do prédio.
<b>2.6 MOBILIÁRIO:</b> ( ) Bom                      ( X ) Regular                      ( ) Ruim Justificar: Recentemente recebemos mobiliário novo. Porém, necessitamos de equipamentos de informática novos.
<b>2.7 SEGURANÇA:</b> ( ) Boa                      ( X ) Regular                      ( ) Ruim



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

04

Justificar: O prédio do Fórum desta Unidade Judiciária, por ser uma construção antiga, sem laje, não apresenta condições satisfatórias de segurança, apesar de possuir um sistema de alarme e de a Guarda Civil Municipal de Almeirim realizar a segurança do prédio 24 horas. O ideal seria contarmos com um Sistema de Câmeras para Monitoramento do prédio.

**2.8 ACESSIBILIDADE:**

( ) Boa (X) Regular ( ) Ruim

Justificar: A acessibilidade precisa ser melhorada.

O prédio do Fórum precisa de uma reforma que amplie seus corredores e as portas das salas, visando o acesso de cadeirantes. Ademais, não possuímos banheiros com acessibilidade à portadores de deficiência.

**2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:**

( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim

Justificar: Não existe.

**3. MAGISTRADOS**

**3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:** Clemliton Salomão de Oliveira, desde 25/04/2016.

**3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:** Mônica Miranda Gomes de Oliveira – designada para auxiliar a unidade desde 25/04, conforme Portaria nº 1955/16.

**3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:** Até o presente momento, o Magistrado atual não se ausentou.

**3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:**

Desde a data em que o Magistrado atual assumiu a Titularidade desta Unidade Judiciária, o mesmo respondeu cumulativamente pela Vara Distrital de Monte Dourado.

**3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES**

- 1 - Mutirão Carcerário 2014;
- 2 - Etapas da Campanha Paz Nossa Justa Causa;
- 3 - X Semana Nacional de Conciliação 2015;
- 4 - Semana Estadual do Júri 2015;
- 5 - Mutirão Carcerário 2015.

**3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:**

Relacionar e descrever:

- 1 - Efetivamos chamados pelas rádios locais convocando as partes dos processos para participarem da Semana Estadual de Conciliação 2016;
- 2 - Climatizamos os corredores de acesso do Fórum;
- 3 - Alteramos a impressão de alguns documentos do papel A4 para a etiqueta zebra, o que vem contribuindo com a diminuição do volume dos processos e com a economia de papel;
- 4 - Realizamos no mês de Março de 2016 um mutirão de conciliação das Ações Cíveis que tinham por objeto o Seguro DPVAT.

**3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:**

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 Márcio Teixeira Bittencourt (Titular)	25.01.2012	20.03.2015
02 Fernanda de Azevedo Lucena (Respondendo)	07.01.2013	05.02.2013
03 Rômulo Nogueira Brito (Respondendo)	01.07.2013	05.07.2013
04 André Luiz Filo-Creão (Respondendo)	09.11.2013	24.11.2013
05 Marcelo Góes de Vasconcelos (Respondendo)	19.08.2013	15.06.2014
06 Rafael Grehs (Respondendo)	16.06.2014	19.07.2014
07 Francisco Eduardo Girão Braga (Respondendo)	01.12.2014	30.12.2014
08 Roberto Rodrigues Brito Junior (Respondendo)	31.12.2014	16.06.2015
09 Karla Cristiane Sampaio Nunes (Respondendo)	17.06.2015	23.06.2015
10 Karise Assad (Respondendo)	24.06.2015	26.07.2015
11 Clemliton Salomão de Oliveira (Respondendo)	27.07.2015	11.04.2016
12 Mônica Miranda Gomes de Oliveira (Respondendo)	11.04.2016	25.04.2016



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

05  
3

13 Cleilton Salomão de Oliveira (Titular)	25.04.2016	Titular Atual
<b>4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores)</b>		
<b>4.1 GABINETE:</b> Nome: Reginaldo Chaar Júnior. Cargo: Analista Judiciário / Assessor do Juiz. Ato de nomeação: Portaria nº. 1740/2013-GP. Ato de lotação: Portaria nº. 1740/2013-GP.  Nome: Josane Anjos de Sousa. Cargo: Auxiliar Judiciário / Servidora Cedida do Município (Concursada).		
<b>4.2 SECRETARIA:</b> Nome: Rafael Bentes Pinto. Cargo: Diretor de Secretaria / Analista Judiciário. Ato de nomeação: Portaria nº. 4145/2013-GP. Ato de lotação: Portaria nº. 4145/2013-GP.  Nome: Alday Gomes Martins. Cargo: Auxiliar Judiciário e Oficial de Justiça "ad hoc" / Servidor Cedida do Município (Concursado).  Nome: Everalson Bernardino Feitosa. Cargo: Auxiliar Judiciário / Servidor Cedida do Município (Concursado).  Nome: Suelene Magalhães Martins. Cargo: Auxiliar Judiciário / Servidora Cedida do Município (Concursada).  Nome: Diene Maria Paiva de Souza. Cargo: Auxiliar Judiciário / Servidora Cedida do Município (Concursada).  Nome: Railla Valente da Silva. Cargo: Estagiária.		
<b>4.3. OUTROS SETORES:</b> Nome: Rinaldo Monteiro Freire. Cargo: Oficial de Justiça Avaliador. Ato de nomeação: Portaria nº. 1787/2013-GP. Ato de lotação: Portaria nº. 1787/2013-GP.  Nome: Klinger Gonçalves Góes Cargo: Chefe da Unidade de Arrecadação Local - UNAJ Ato de nomeação: Portaria nº. 0700/2013-GP. Ato de lotação: Portaria nº. 0700/2013-GP.  Protocolo e Distribuição: Nome: José Pereira de Carvalho Filho. Cargo: Auxiliar Judiciário / Servidor Cedido do Município (Concursado).  Copa e Serviços Gerais: Nome: Maria do Socorro dos Santos. Cargo: Auxiliar Operacional / Servidora Cedida do Município (Concursada).  Nome: Maria Aparecida Silva Santos. Cargo: Auxiliar Operacional / Servidora Cedida do Município (Concursada).		
<b>5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA</b>		
<b>5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b>		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

de  
r

Monique Nathyane Ribeiro Coelho – Assumiu no dia 13.07.2015.
<b>5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Titular. Portaria nº. 4088/2015-MP/PGJ, de 10.06.2015.
<b>5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Sim. Responde cumulativamente pela Vara Distrital de Monte Dourado.
<b>5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> Atualmente não existe Defensor Público nomeado para esta Unidade Judiciária.
<b>5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:</b> Atualmente não existe Defensor Público nomeado para esta Unidade Judiciária.
<b>5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?</b> Atualmente não existe Defensor Público nomeado para esta Unidade Judiciária.
<b>6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>
<b>6.1 VEÍCULOS</b> Existem 02 (dois).
<b>6.1.1 FROTA:</b> 1 - Veículo automotor da Marca FIAT, Modelo; PALIO ELX FLEX, Ano/modelo de fabricação 2008/2009, Placa; JWV-1257; 2 - Veículo automotor da Marca MMC, Modelo L200 TRITON GL D, Ano/modelo de fabricação 2014/2015, Placa OTX-7118.
<b>6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar: Necessitamos de uma Lancha, tendo em vista que boa parte do território da Comarca de Almeirim possui acesso por rios.
<b>6.2 INFORMÁTICA:</b>
<b>6.2.1 ACESSO À INTERNET:</b> ( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim Justificar: O sinal de internet oscila muito, sendo que muitas vezes ficamos sem internet e os trabalhos forenses ficam inviáveis.
<b>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):</b> Setor: Protocolo/Distribuição: 03. Setor: Gabinete/Sala de Audiências: 02. Setor: Assessoria do Juiz: 02. Setor: Sala de Conciliação: 01. Setor: Subsecretaria Cível: 03. Setor: Subsecretaria Criminal: 03. Sala Cedida ao Ministério Público: 01. A quantidade de Pontos de Rede é considerada suficiente. Porém, se faz necessário uma reestruturação na Rede como um todo.
<b>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA.</b>
<b>6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):</b> Possuímos 03 (três) endereços eletrônicos em utilização: 1 – 1almeirim@tjpa.jus.br; 2 – tjepa004@tjpa.jus.br; 3 – unaj004@tjpa.jus.br. O servidor Rafael Bentes Pinto é responsável pela verificação dos seguintes endereços eletrônicos: 1almeirim@tjpa.jus.br e tjepa004@tjpa.jus.br. O servidor Klinger Gonçalves Góes é responsável pela verificação do endereço eletrônico unaj004@tjpa.jus.br. Em ambos os casos, a verificação é efetivada diariamente.
<b>7. SECRETARIA JUDICIAL</b>
<b>7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?</b> ( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE**  
**ALMEIRIM**

07

Justificar: O estado de conservação dos processos e pastas não é melhor pelo fato de o prédio do Fórum desta Unidade Judiciária não apresentar instalações adequadas.
<b>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?</b> ( ) Sim (X) Não Justificar: Os documentos e pastas não são guardados/arquivados de uma melhor forma, pois o prédio do Fórum desta Unidade Judiciária não apresentar instalações adequadas. Contudo, o método que utilizamos observa critérios para a rápida localização.
<b>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?</b> (X) Sim ( ) Não Justificar:
<b>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?</b> (X) Sim ( ) Não Justificar:
<b>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?</b> (X) Sim ( ) Não Justificar: Nenhum dos servidores lotados nesta Unidade Judiciária recebeu treinamento acerca da gestão processual e utilização do Sistema LIBRA.
<b>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?</b> (X) Sim ( ) Não Justificar:
<b>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?</b> ( ) Sim (X) Não Justificar:
<b>7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?</b> Diariamente. Os servidores que monitoram a publicação e a conferência da resenha são: Reginaldo Chaar Júnior e Josane Anjos de Sousa.
<b>8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>
<b>8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA</b> <b>TOTAL GERAL 2014: 4.174</b> Sentença: 661 Despacho: 1.093 Decisão interlocutória: 2.054 Audiências: -Marcadas: 126 -Realizadas: 226 -Remarcadas: 04 -Não realizadas: 07 -Total: 363 Tribunal do Júri: -Marcados: 01 -Realizados: 01 -Remarcados: 00 -Não realizados: 01 -Total: 03  <b>TOTAL GERAL 2015: 3.172</b> Sentença: 480 Despacho: 1.507 Decisão interlocutória: 913



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

98

<p>Audiências: -Marcadas: 22 -Realizadas: 230 -Remarcadas: 15 -Não realizadas: 02 -Total: 269</p> <p>Tribunal do Júri: -Marcados: 00 -Realizados: 03 -Remarcados: 00 -Não realizados: 00 -Total: 03</p> <p><b>TOTAL GERAL 2016 (ATÉ 27/05): 2.446</b></p> <p>Sentença: 402 Despacho: 1.377 Decisão interlocutória: 534</p> <p>Audiências: -Marcadas: 04 -Realizadas: 123 -Remarcadas: 03 -Não realizadas: 01 -Total: 131</p> <p>Tribunal do Júri: -Marcados: 00 -Realizados: 02 -Remarcados: 00 -Não realizados: 00 -Total: 02</p>	
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
<b>CÍVEIS</b>	
CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	170
CÍVEIS – META 4/2016-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	8
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	163
CÍVEIS – META 6/2016 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013)	4
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	3
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	3
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1.122
<b>CRIMINAIS</b>	
PENAS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	196
PENAS – META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	3
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	180
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	115



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

09

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	171	
EXECUÇÃO PENAL	3	
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1.213	
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>		
ATO INFRACIONAL	162	
SITUAÇÃO DE RISCO	15	
TUTELA	0	
GUARDA	46	
ADOÇÃO	10	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	11	
<b>CARTAS PRECATÓRIAS</b>		
PRECATÓRIAS CÍVEIS	82	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	33	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	0	
<b>TOTAL - QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FISICA</b>		
Feitos com Tramitação Externa	313	
Contagem Física + Tramitação externa	3.432	
ACERVO LIBRA	3.500	
<b>9. INDICADORES GERAIS</b>		
<b>9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Os manuais de rotinas são cumpridos.		
<b>9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)</b> Observações CJCI: A fonte desta informação é o Portal das Metas Nacionais, no Portal Interno do TJPA, onde são aplicados os filtros de acordo com o glossário do CNJ.		
<b>ANO</b>	<b>AÇÕES DISTRIBUÍDAS</b>	<b>AÇÕES JULGADAS</b>
2013	858	698
2014	232	720
2015	470	334
<b>9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar: As prioridades legais são respeitadas. Identificamos os processos por meio de tarjas, sendo elas: tarja vermelha: réus presos; etiqueta laranja Metas CNJ: Meta 04 do CNJ; tarja amarela: Ato Infracional; etiqueta azul marinho Metas CNJ: Meta 06 do CNJ; tarja azul marinho cível: menor apreendido; tarja rosa cível: infância e juventude e alimentos; tarja laranja criminal: crimes de violência sexual; tarja verde: medidas protetivas (violência doméstica); tarja preta: crimes dolosos contra a vida; tarja azul: crimes dolosos contra a vida com Sessão do Tribunal do Júri designada; tarja laranja cível: idoso; tarja roxa: tutelas de urgência; tarja azul marinho criminal: Réus foragidos; tarja rosa criminal: processos criminais Condenados.		
<b>9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:</b> ( 8 ) INICIAIS; (11) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ ( 6 ) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (12) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: ( 4 ) IDOSO;		



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
 ALMEIRIM

10

( 3 ) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;  
 ( 7 ) AÇÕES DE ALIMENTOS;  
 ( 2 ) RÉU PRESO;  
 ( 5 ) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;  
 ( 1 ) ALVARÁ DE SOLTURA;  
 ( 9 ) POR ORDEM CRONOLÓGICA  
 (10) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;  
 (13) OUTRO  
 OBSERVAÇÕES:

**9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ**

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	X	
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG		X
CNA-CL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

**9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?**

( ) Sim ( X ) Não  
 Justificar: Atualmente não existe nenhum PAD e/ou Sindicância em trâmite nesta Unidade Judiciária.

Observações CJCI: Conforme tabela desta CJCI, há em trâmite, perante a Comarca de Almeirim, os seguintes procedimentos: 2003.7.000028-3 – Sem informações no SAPCOR acerca da tramitação do feito; 2008.7.002039-1 – Autos encaminhados à Comarca de Almeirim em 19/06/2008; 2009.7.001421-0 – Autos encaminhados à Comarca de Almeirim em 27/03/2009.  
 Foram localizados procedimentos 2003.7.000028-3 e 2008.7.002039-1, além de outros procedimentos disciplinares, todos em desfavor do Sr. Raimundo Maramaldo Costa, antigo oficial do cartório extrajudicial do único ofício, o qual já sofreu a penalidade de perda de delegação, sendo o diretor de secretaria orientado a certificar tais autos e proceder sua devolução à Corregedoria do Interior.

**10. INDICADORES CÍVEIS**

**10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012):**

Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 365 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02/2016. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016. No ano de 2015 a meta não foi cumprida.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

11  
5

<b>10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:</b> Os feitos de Execução Fiscal tramitam conjuntamente com os processos cíveis, mantendo, desta forma, sua movimentação regular.
<b>10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013):</b> Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 02 ações incluídas na Meta 06. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016. No ano de 2015 a meta não foi cumprida.
<b>10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de Liminar ou Antecipação de Tutela:</b> Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação: 9; Data da conclusão mais antiga: 04.05.2016; Quantidade de iniciais com o pedido liminar pendente de apreciação na secretaria: 0; Quantidade de iniciais com o pedido liminar pendente de apreciação na distribuição: 0.
<b>11. INDICADORES CRIMINAIS</b>
<b>11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012):</b> Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 365 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02/2016. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016. No ano de 2015 a meta não foi cumprida.
<b>11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:</b> Não possuímos réus presos condenados. Considerando que não existe nenhuma Casa de Custódia nesta Unidade Judiciária, quando um réu é condenado em processo criminal expedimos a respectiva guia de execução para as Varas de Execução Penal existentes em outras Comarcas.
<b>11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 32.</b>
<b>11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:</b> ( ) Sim                      ( ) Não Justificar: Não existe réus presos condenados nesta Unidade Judiciária.
<b>11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:</b> ( X ) Sim                      ( ) Não Justificar:
<b>11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?</b> ( X ) Sim                      ( ) Não Justificar: Priorizamos a tramitação de processos de réus presos.
<b>11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):</b> Das 30 Ações Penais de Crimes Dolosos Contra a Vida cuja Denúncia foi recebida até 31.12.2009, foram julgados 8 processos. Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2009: 38.
<b>11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 6.</b>
<b>12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>
<b>12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:</b> Não possuímos adolescentes internados definitivamente. Considerando que não existe nenhum estabelecimento para internação definitiva de adolescentes nesta Comarca, quando é decretada a internação definitiva do adolescente expedimos a respectiva guia de execução para as Varas da Infância e Juventude existentes em outras Comarcas.
<b>12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE-ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 1.</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

12  
sk

<b>12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 0.</b>
<b>12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?</b> ( ) Sim (X) Não Justificar:
<b>12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 11.</b>
<b>12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:</b> ( ) Sim (X) Não Justificar: O procedimento de execução e fiscalização das medidas socioeducativas é feito pelo CREAS/CRAS.
<b>12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Não.
<b>12.7 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?</b> Não existe Estabelecimento de Internação de Adolescentes na Comarca.
<b>12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Sim. O CREAS e o CRAS.
<b>13. INDICADORES DE EXECUÇÃO PENAL</b>
<b>13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE?</b> ( ) Sim (X) Não Justificar:
<b>13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?</b> ( ) Sim (X) Não Justificar:
<b>13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?</b> ( ) Sim (X) Não Justificar:
<b>13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?</b> (X) Sim ( ) Não Justificar: O acompanhamento/fiscalização dos condenados ou réus que estejam cumprindo pena em regime domiciliar ou que estejam sob liberdade condicional é feito por meio do Livro de Registro de Frequência Mensal existente nesta Unidade Judiciária.
<b>13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?</b> Sim. Unidade da SUSIPE de Almeirim para réus presos provisórios (instalada no imóvel que funcionava a DEPOL).
<b>13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?</b> Não.
<b>13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?</b> Mensalmente.
<b>13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?</b> Não.
<b>14. PRECATÓRIAS</b>
<b>14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 82.</b>
<b>14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 33</b>
<b>14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA:</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

13

CÍVEIS: 22; CRIMINAIS: 35.		
<b>14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( X ) Sim      ( ) Não Justificar: A Secretaria verifica mensalmente as Cartas Precatórias expedidas. Caso alguma Precatória esteja com o prazo extrapolado, entramos em contato com o Juízo Deprecado e solicitamos agilidade no cumprimento. Caso não haja resposta positiva, oficiamos.		
<b>15. INQUÉRITOS POLÍCIAIS</b>		
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 0.		
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 76.		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 16.		
<b>16. PETIÇÕES</b>		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 0.		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 0.		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 90.		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 73.		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 0.		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 455.		
<b>17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA</b>		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 289.		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 259.		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 0.		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 222.		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 209.		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
<b>NOME</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>DATA MAIS ANTIGA</b>
RINALDO MONTEIRO FREIRE	180 (100 cíveis e 80 criminais)	06/02/2015
ALDAY GOMES MARTINS	123 (73 cíveis e 50 criminais)	06/02/2015
<b>17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( X ) Sim      ( ) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é feito através de tramitação interna dos feitos para "aguardando devolução de mandado" e a cobrança através de contato telefônico e/ou pessoal com o Oficial de Justiça responsável.		
<b>17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:</b>		
	<b>QUANTIDADE:</b>	<b>CARGA MAIS ANTIGA:</b>
<b>17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	304	16/05/2013
<b>17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA</b>	39	27/03/2013
<b>17.7.3 ADVOGADO</b>	01	09/04/2013
<b>17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( X ) Sim      ( ) Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é feito através de verificação na pasta onde encontram-se arquivados as papeletas de carga e a cobrança através de contato telefônico e/ou pessoal com aquele que detêm a carga do processo.		
<b>18. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJG E Nº 04/2014-CJG)</b>		
<b>18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?</b> ( X ) Sim      ( ) Não Justificar:		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

14

<b>18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar: O prédio do Fórum desta Unidade Judiciária não apresenta instalações de segurança adequadas, pois é uma construção antiga que não possui laje. Sendo assim, verificamos que o prédio necessita de uma reforma para que seja efetivado um reforço nas portas de acesso, bem como, para que seja construída uma laje ou para que o telhado e o forro sejam reforçados. Além disso, a segurança seria reforçada com a instalação de um Sistema de Câmeras para monitoramento do prédio.		
<b>18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar:		
<b>18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:</b>		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
1. Arma de fogo tipo Rifle, marca ROSSI, calibre .22, número de série B 9040.	0000742-90.2016.8.14.0004	Indiciado: Ary Edson Silva de Souza.
2. Arma de fogo tipo Espingarda, marca Artesanal, calibre 36.	0001781-25.2016.8.14.0004	Indiciado: Luciano Moura Miranda; Vítima: Claudenildo Ferreira Campos.
3. Foice.	0000301-12.2016.8.14.0004	Indiciado: Manoel Jossi Tavares da Silva; Vítimas: Catarina Marques dos Santos e Benedito Felix da Silva Vulgo Bacurau.
4. Arma de fogo tipo Revolver, marca TAURUS, calibre 38.	0001943-20.2016.8.14.0004	Vítima: Reginildo Lima da Costa.
5. Arma de fogo tipo Rifle, calibre .22.	0051437-82.2015.8.14.0004	Indiciado: Elivaldo Evangelista da Costa; Vítima: Joab Magno Caldeira.
6. Arma de fogo tipo Revolver, marca ROSSI, calibre .22, número de série A 737957.	0003330-70.2016.8.14.0004	Indiciado: Romildo Silva Oliveira; Vítimas: Francielem dos Santos Vieira e Jessica dos Santos Vieira.
7. Arma de fogo tipo Espingarda, marca C.B.C., calibre 20.	0003566-90.2014.8.14.0004	Denunciado: Rosinaldo Teixeira de Jesus; Vítima: Necy Azevedo Paiva.
8. Arma de fogo tipo Espingarda, sem marca aparente, calibre 20.	0042447-05.2015.8.14.0004	Denunciado: Willian Monteiro da Silva.
9. Cartucho de munição de arma de fogo, marca C.B.C., calibre .20.	0042447-05.2015.8.14.0004	Denunciado: Willian Monteiro da Silva.
10. Arma de fogo tipo Pistola, marca COLT, calibre 6,35 mm.	0000441-80.2015.8.14.0004	Denunciado: Patrick Correa Pantoja.
11. Arma de fogo tipo Revolver, marca ROSSI, calibre .32, número de série C 211721.	0000602-90.2015.8.14.0004	Denunciado: Benedito Cardoso da Silva.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

15  
5

12. Arma de fogo tipo Pistola, marca BERETA, calibre 6,35 mm, número de série M 34388.	0072452-10.2015.8.14.0004	Denunciados: Nelson de Jesus Marques da Silva, Jorlete Machado do Amaral e Orismar Lacerda Mercês.
13. Arma de fogo tipo Revolver, marca TAURUS, calibre .38.	0067445-37.2015.8.14.0004	Infrator: Andrew Silva dos Santos.
14. Arma de fogo tipo Revolver, marca CARAMURU, calibre .32, número de série 10940.	0070444-60.2015.8.14.0004	Denunciados: Iranilson de Sousa Sarraff e Outros; Vítima: Jose Salvador Pinheiro dos Santos.
15. Quatro estojos componentes de munição de arma de fogo, marca C.B.C., calibre .32.	0070444-60.2015.8.14.0004	Denunciados: Iranilson de Sousa Sarraff e Outros; Vítima: Jose Salvador Pinheiro dos Santos.
16. Oito coronhas para Espingarda fabricadas artesanalmente.	0000416-72.2012.8.14.0004	Indiciado: Eliel Oliveira Costa.
17. Duas coronhas para Espingarda inacabadas, fabricadas artesanalmente.	0000416-72.2012.8.14.0004	Indiciado: Eliel Oliveira Costa.
18. Seis telhas para Espingarda, fabricadas artesanalmente.	0000416-72.2012.8.14.0004	Indiciado: Eliel Oliveira Costa.
19. Cinco blocos para Espingarda, fabricadas artesanalmente.	0000416-72.2012.8.14.0004	Indiciado: Eliel Oliveira Costa.
20. Faca, marca Tramontina.	0001483-72.2012.8.14.0004	Réu: Otavio da Silva Adriaio; Vítima: Jose de Ribamar de Menezes Ramos.
21. Faca, marca Tramontina.	0000163-84.2012.8.14.0004	Réu: Frank da Costa Vaz
22. Faca, marca Tramontina.	0000397-66.2012.8.14.0004	Denunciados: Helio Ferreira de Lima; Vítima: Wladimir Alves Mercês.
23. Arma de fogo tipo Espingarda, calibre 16, marca Rossi, número de série S 555918.	0003657-83.2014.8.14.0004	Indiciado: Oziel Souza Oliveira; Vítima: Carlos Morison Gomes Balieiro.
24. Arma de fogo, de porte, de repetição, Tipo Revólver; marca TAURUS; com numeração adulterada; calibre 38 special	0001863-27.2014.8.14.0004	Flagranteados: Raiene da Silva e Silva e Outros.
25. Arma de fogo, de porte, de repetição, Tipo Revólver; marca TAURUS; com numeração TE36551 MADE IN BRAZIL; calibre 38	0001863-27.2014.8.14.0004	Flagranteados: Raiene da Silva e Silva e Outros.
26. 12 (doze) estojos; marca CBC SPL; em metal amarelo; calibre 38.	0001863-27.2014.8.14.0004	Flagranteados: Raiene da Silva e Silva e Outros.
27. 01 (um) fragmento de projétil em liga de chumbo; pesando 3,714g.	0001863-27.2014.8.14.0004	Flagranteados: Raiene da Silva e Silva e Outros.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE**  
**ALMEIRIM**

16

<b>18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?</b> ( X ) Sim                    ( ) Não Justificar: Através de comunicado efetivado por mensagem eletrônica, a Comissão de Transporte de Armas agendou o recolhimento das armas de fogo existentes nesta Unidade Judiciária para o mês de Junho de 2016. Informo que, até a presente data, esta Unidade Judiciária possui 16 (dezesete) armas de fogo e munições pendentes de recolhimento.		
<b>18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?</b> ( ) Sim                    ( X ) Não Justificar:		
<b>19. CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS</b>		
<b>19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?</b> ( X ) Sim                    ( ) Não		
<b>19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?</b> ( X ) Sim                    ( ) Não Justificar: Não há nenhum valor nesta Unidade Judicial que não esteja com a subconta aberta.		
<b>19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?</b> ( X ) Sim                    ( ) Não Justificar Relação dos processos com depósitos judiciais sem movimentação em anexo.		
<b>19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?</b> ( X ) Sim                    ( ) Não Klinger Gonçalves Góes.		
<b>19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?</b> ( X ) Sim                    ( ) Não Justificar:		
<b>19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?</b> ( X ) Sim                    ( ) Não Justificar:		
<b>20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA</b>		
<p>Os Servidores lotados na Secretaria da Vara Única da Comarca de Almeirim vêm, a todo custo, trabalhando da melhor forma possível para cumprir os provimentos judiciais em tempo hábil, sendo certo que, apesar da ausência de uma estrutura mais adequada, bem como da necessidade de nomeação de mais Servidores para esta Unidade Judiciária, a produtividade da Secretaria é elevada. Contudo, apesar do empenho dos Servidores, ainda possuímos alguns processos aguardando cumprimento de ato judicial por mais de 30 dias.</p> <p>A despeito das dificuldades apontadas, nos comprometemos a tentar regularizar a movimentação dos processos em Secretaria, com o objetivo de não deixar nenhum processo aguardando cumprimento de ato judicial por mais de 30 dias, ou pelo menos diminuir a quantidade. Mas para que tal objetivo seja alcançado, rogamos para que este Egrégio Tribunal de Justiça verifique a possibilidade de nomear mais Servidores para esta Vara, bem como, nos dê suporte no sentido de buscar melhorar o Sistema de Gestão do Processo Judicial que utilizamos (Sistema LIBRA), além de propiciar melhorias significativas na internet que usamos, a qual diariamente vem apresentando problemas, conjuntura que dificulta consideravelmente o desempenho de nossas atribuições funcionais e, conseqüentemente, impede que alcancemos os objetivos/metastabelecidas por este Tribunal.</p>		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

17  
2

**21. CONSIDERAÇÕES DE JUZO**

Existem diversos bens do patrimônio do Tribunal que estão inservíveis, amontoados no prédio do Fórum de Almeirim, trazendo sérios riscos de acumular focos de mosquitos e ratos. Referidos bens estão cada dia mais deteriorados e precisam ser urgentemente doados, porém o procedimento adotado pelo TJE é deveras difícil de ser adimplido, pois os órgãos com CNPJ no Município são poucos, e todos possuem problemas fiscais, e assim não conseguem certidão de negativa junto a Receita Federal. Desta feita, entrei em contato com o chefe de patrimônio comunicando que enviei uma solicitação via siga-doc, porém até a presente data não obtive resposta.

Os servidores do Fórum (cedidos e de carreira) precisam de um treinamento para melhorar a eficiência na gestão dos processos, a fim de alcançar a excelência na prestação jurisdicional.

O sinal de internet vem constantemente trazendo atrasos na tramitação dos expedientes, uma vez que diariamente caiu a rede ou fica deveras lento.

No mais, tenho a informar que a equipe de servidores do Fórum de Almeirim, embora reduzida, é elogiável, pois todos são comprometidos com as suas atribuições, e a prestação jurisdicional vem sendo dada a contento.

**22. CONSIDERAÇÕES / RECOMENDAÇÕES DA C.G.C.**

1 – Constatou-se que não há registro na Secretaria do Fórum acerca da situação jurídica do imóvel, inclusive com expedição de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis que ratificou a informação que não consta na serventia registro do imóvel.

**Providência:** Oficiar à Secretaria de Administração desta E. Corte, a fim de que seja apurada a existência de registro da propriedade do imóvel onde localiza-se o fórum da comarca, devendo cópia do mesmo ser encaminhada à Direção do Fórum da comarca para constar nos assentamentos permanentes do fórum.

2 - Conforme relatado, o imóvel em que funciona o Fórum é antigo e carece de reformas para ampliação dos corredores e salas, permitindo assim a acessibilidade para cadeirantes, bem como obras de acessibilidade para os banheiros do fórum, além de reformas no arquivo e sala de armas.

**Providência:** Oficiar à Secretaria de Engenharia e Arquitetura desta E. Corte, a fim de que seja avaliada a possibilidade de realização de reformas no imóvel do fórum.

3- Noticiaram os servidores da comarca que alguns dos equipamentos de informática utilizados na unidade são antigos, havendo necessidade de troca de por modelos mais recentes.

**Providência:** Oficiar à Secretaria de Informática desta E. Corte, a fim de que seja avaliada a necessidade de troca dos equipamentos e possibilidade de atendimento do pleito.

4 – Observou-se que o quadro de servidores da comarca se mostra insuficiente para o atendimento da diversidade de matérias que se encontram sob a competência da Vara, sendo composto majoritariamente por servidores cedidos pela prefeitura municipal, havendo necessidade de capacitação e qualificação de servidores objetivando a eficácia das rotinas da secretaria judicial, bem como nomeação de servidores para composição do quadro efetivo.

**Providência:** 1 - Oficiar à Secretaria de Gestão de Pessoas, a fim de que seja avaliada a possibilidade da lotação/nomeação de servidores (analistas, oficiais de justiça e auxiliares) para composição do quadro efetivo. 2 - Oficiar à Escola Superior da Magistratura, a fim de que seja avaliada a possibilidade de disponibilização de cursos, sob a modalidade “à distância”, de atualização no novo CPC, gestão de secretaria, utilização do sistema LIBRA e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial.

5- Noticiou-se que não há Defensor Público nomeado para a comarca, gerando entraves à eficaz prestação jurisdicional.

**Providência:** Oficiar ao Defensor Público-Geral do Estado do Pará, para ciência da questão apresentada.

6- Narrou-se que a frota disponível não atende adequadamente às demandas da unidade, havendo necessidade de aquisição de veículo adequado às peculiaridades da demanda local, como embarcação fluvial (lança).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

17

**Providência:** Oficiar à Secretaria de Administração a fim de que seja avaliada a possibilidade de adoção de providências para atender às demandas da Comarca.

7 – No cotejo de informações entre o quantitativo de processos localizados em contagem física e aqueles constantes no acervo ativo do sistema LIBRA, verificou-se que o acervo constante no sistema é maior que o físico, do que depreende-se a possível existência de processos fisicamente arquivados mas que não receberam a baixa definitiva no sistema de gestão processual.

**Providência:** Deve o Diretor de Secretaria da unidade promover a conferência do acervo físico em tramitação, promovendo a necessária baixa no sistema dos feitos que não encontram-se mais em tramitação, utilizando-se das ferramentas disponíveis no LIBRA, tais como os relatórios de processos arquivados com apensos em outra situação, para identificar tais feitos.

8 – A despeito da informação declinada pela Secretaria do Fórum de que não haveriam PADs e Sindicância em tramitação na unidade, tal informação discrepava do constantes nos assentos do Órgão Censor, sendo localizados dois dos três feitos que encontravam-se registrados como encaminhados à comarca, a saber: os feitos 2003.7.000028-3 e 2008.7.002039-1, procedimentos disciplinares em desfavor do Sr. Raimundo Maramaldo Costa, antigo oficial do cartório extrajudicial do único escritório, o qual já sofreu a penalidade de perda de delegação. Entretanto, registrou-se que não foi localizado o feito nº 2009.7.001421-0, Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº024/2009-CJCI, publicada no DJ de 18/03/2009, autos encaminhados à comarca em 27/03/2009.

**Providência:** Deve a Secretaria desta Corregedoria certificar as informações disponíveis acerca do feito nº 2009.7.001421-0, encaminhando tal certidão ao Juiz Diretor do Fórum da comarca, a fim de que este determine a necessária busca dos referidos autos, devendo comunicar ao Órgão Censor, no prazo de 05 (cinco) dias, o resultado obtido.

9 – Não há na comarca equipe multidisciplinar para atuar nos feitos em que há necessidade de fiscalização da execução de medida socioeducativa.

**Providência:** Oficiar à Secretaria de Gestão de Pessoas, a fim de que seja avaliada a possibilidade da lotação/nomeação de servidores para composição da equipe multidisciplinar.

10 - A despeito da informação declinada de que é realizada a cobrança dos mandados que encontram-se em poder dos oficiais de justiça além do prazo legal, observou-se que o registro no sistema do mandado mais antigo ainda não devolvido datava de mais de um ano anterior à correição.

**Providência:** Deve o Juiz Diretor do Fórum determinar que os oficiais de justiça da comarca que procedam a imediata baixa no sistema dos mandados já devolvidos, certificando ainda o quantitativo de mandados em seu poder e a data de sua distribuição, devendo a Direção do Fórum comunicar o resultado ao Órgão Censor no prazo de 05 (cinco) dias, a fim de que possa ser apreciada a necessidade de adoção de ulteriores medidas disciplinares.

11 – A despeito da informação declinada de que é realizada a cobrança dos processos com carga externa que encontram-se em poder de advogados, Defensores e membros do Ministério Público além do prazo legal, observou-se que o registro no sistema da carga mais antiga ainda não devolvida datava de mais de três anos anteriores à correição.

**Providência:** Deve o magistrado determinar ao diretor de secretaria o imediato levantamento do total de feitos que encontram-se com carga externa, corrigindo eventuais distorções constantes no sistema de gestão processual, procedendo a cobrança da devolução dos feitos e comunicando ao Órgão Censor, no prazo de 05 (cinco) dias, as providências adotadas.

12 – Verificou-se a inexistência de sala adequada para guarda de armas de fogo apreendidas, uma vez que, embora concentradas em local determinado, a sala não oferece as condições de segurança necessárias.

**Providência:** Oficiar à Secretaria de Engenharia e Arquitetura desta E. Corte, a fim de que seja avaliada a possibilidade de realização de reformas complementares no imóvel do fórum para adequação da sala de armas.

16



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
ALMEIRIM

13

13 – Apresentou o magistrado a ponderação de que há no prédio do fórum da comarca diversos bens patrimoniais inservíveis do TJEPA, amontoados no imóvel, promovendo acúmulo de sujeira e fatores patogênicos, havendo dificuldades do juízo em promover a doação dos mesmos em razão da inexistência no município de entidades que encontrem-se com situação fiscal regular.

**Providência:** Oficiar à Secretaria de Administração desta E. Corte, a fim de que seja avaliada a possibilidade de adoção de providências para solucionar a questão apresentada.

**Anexo: Processos analisados por amostragem.**

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE  
Juiz Auxiliar da CJCI

DANIEL DOS REIS AFFONSO  
Assessor Jurídico